A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Sim. Algumas vezes eu atuei. Quando vinha a notícia de algum tipo de descumprimento, até quando vinha ofício da SES, dizendo da qualidade que o (não compreendido) falava, o Dr. Velhote pedia para fazer uma notificação para a empresa, para ela, dando ciência do ofício da SES, da fiscalização e pedindo providências porque fosse adequado.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Deputada Martha Rocha, eu queria aqui solicitar quais foram essas empresas, para que a gente possa tentar fazer esse vínculo, porque um dos motivos dessa corrupção é que a OS é contratada, faz as licitações... Não faz nem licitação, é contrato direto. E esses contratos diretos não fornecem ou o equipamento ou o alimento, enfim, a medicação... E ali também tem o desvio de conduta, o desvio financeiro, porque você contrata uma empresa para fornecer alimentos e ela fornece meia dúzia de quentinhas. E o dinheiro é dividido entre essas pessoas. Então, para a gente ter essa relação, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Dra. Ana Cristina, sobre o contrato - aí uma indagação do seu conhecimento jurídico - quando é feito o contrato com a UNIR, é feito um contrato para atendimento integral de todas as ações que vão ser recusadas, por exemplo, dentro da UPA Tijuca. Na linha do que a deputada Enfermeira Rejane está questionando, a Secretaria de Saúde tem ciência de qual é a empresa terceirizada, por exemplo, que oferece alimentação e oferece medicamento?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Sim, todos os contratos... O Setor de Compras faz um processo seletivo de apuração de... faz um Termo de Referência para umas empresas, pega a documentação, enfim. E aí, seleciona lá qual a que oferece menor preço. Aí depois esse processo vai para o Jurídico elaborar só a minuta do contrato. Depois que o contrato... a minuta do contrato é feita e assinada, ele é digitalizado e incluído no Portal da Transparência, porque é uma exigência contratual. Então, todos os contratos terceirizados estão nesse Portal.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Então, quando eu abri lá: Upa Tijuca, UNIR. Aí, eu vou saber todas as empresas terceirizadas que atendem contratadas pela UNIR, eu vou saber tudo isso. Então está bom.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Isso. Os relatórios financeiros, tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Perfeito.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - O que eu pedi foram os processos, está ok?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Processos...

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Que processos?

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Os processos dessas empresas. Por exemplo, a senhora informou que uma empresa, LP Medicações, não tem uma denúncia de que ela não forneceu a medicação adequada. E, aí, a senhora informou que abria processos, a senhora informou que tinha um processo exigindo, levantando se ela realmente entregou ou não entregou essas medicações para a UNIR Saúde. É isso?

A SRA. ANA CRISTINA COSTA - É. na verdade, é o seguinte: tinha o ofício da FES, tinha feito uma vistoria *in loco* na Upa e, aí, verificou que a alimentação não estava adequada ou, não sei, alguns serviços não estavam adequados.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Bem complicado. Talvez, sei lá, qualquer coisa...

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - É. O que eu fazia? Digitalizava aquele ofício da fiscalização, encaminhava para e empresa, notificando ela por e-mail de que ela deveria adotar as providências necessárias à correção daquilo que foi apontado e prestar informações sobre os fatos. Era isso. Isso se fazia por e-mail. Agora, assim, esses documentos eu não tenho acesso, porque ficaram no Instituto. Então, dentro do notebook, que estava lá com os arquivos e as notificações, também os ofícios, enfim, estão dentro do processo.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - É uma mera formalidade, Dra. Cristina, porque na realidade ninguém saberia se realmente depois ele melhorou o serviço, aquela coisa toda, não é?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - No caso, por exemplo, vou dar um exemplo, da alimentação: eles respondiam e mandavam fotos da alimentação que tinha sido servida naquele período, que, enfim...

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - É. É igual a raposa no galinheiro, não é? Foi você que roubou? Não. Está aqui, eu provo que não foi. Então, se as próprias pessoas que estão se defendendo, o interessante seria depois ir lá de novo, ver, fiscalizar.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - A fiscalização da SES voltava e dava o feedback com ofícios, dizendo se havia sido corrigido, enfim.

A SRA. LUCINHA - Nós temos que saber, na verdade, se os ficais do Estado, que teriam por obrigação acompanhar todos os contratos, a execução de todos os contratos. Cadê esses fiscais? Onde estavam?

O SR. RENAN FERREIRINHA - Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputada Enfermeira Rejane - só um minutinho, deputado Renan Ferreirinha. Para a deputada Enfermeira Rejane pedir que oficie à Comissão com a indicação as empresas para que possamos fazer o pedido na dimensão exata do que a senhora está indagando.

Aí eu vou colocar em votação aqui o que já foi pedido, esse ofício da deputada Enfermeira Rejane, foi pedido também pela deputada Lucinha a cópia das atas e foi pedido também a oitiva do Marco Antônio Silva. É Marco Antônio, é isso?

O SR. RENAN FERREIRINHA - Marcos Augusto da Silva.

A SRA. ANA CRISTINA COSTA - Marcos Augusto da Silva.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Exato, Marcos Augusto da Silva, que ocupou o cargo lá na UNIR. O deputado Renan Ferreirinha quer fazer mais uma inclusão?

O SR. RENAN FERREIRINHA - Só uma. Eu tenho, sim, Presidente, é uma inclusão também de oitiva. Mas se for possível só fazer uma informação antes disso, porque, aí, não há nem mais uma pergunta, só a título de informação para todos aqui: a nossa equipe levantou que o senhor José Carlos Rodrigues Paes, ele foi nomeado para exercer, com validade a contar de 6 de julho de 2020, o cargo em comissão de superintendente, símbolo DG, da Superintendência de Atenção Especializada, Controle e Avaliação da Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral à Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde. Então, basicamente ele deixou a UNIR e virou superintendente seis meses depois.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Deputada Martha?

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Sim, só um minutinho, Rejane. Conclua, deputado.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Então, só a título de informação, isso. Porque a gente, se eu não me engano, deputada Martha Rocha, já deliberou a convocação do José Carlos Rodrigues um tempo atrás, mas não chegou a ser marcada. Então poderia ser uma possibilidade também de ser incluído.

E eu tenho outras duas recomendações, sugestões de oitivas, que não têm a ver com as oitivas de hoje. Mas, se for possível a gente acrescentar na nossa lista de aprovação, mas não sei se V.Exa. vai querer terminar com a Sra. Ana Cristina, para depois votar. Mas, já aproveitando para isso, que, por algum motivo, a gente não chegou a fazer essa discussão. Mas eu queria sugerir que a gente pudesse deliberar uma oitiva com o pastor Everaldo.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Vamos encerrar e depois a gente vai deliberar.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Vamos. Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Mais alguma pergunta para a Dra. Ana Cristina, por favor?

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Deputada Martha Rocha, só para ajudar, que eu não peguei, qual é o nome do escritório da Dra. Ana Cristina?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - "Ana Cristina Costa Advocacia."

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Ok. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Com sede onde, doutora? É em Teresópolis?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - É escritório ou é na sua casa?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - É, no momento, depois da pandemia, eu encerrei o escritório por questões de trabalhar só em home office e em função de despesas. E hoje estou trabalhando em casa, provisoriamente.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - "Ana Cristina Costa Advocacia".

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Então, agradecendo à Dra. Ana Cristina, pode se ausentar. O Dr. Luiz Cláudio também pode se desconectar. E vamos então rapidamente fazer as nossas decisões.

Muito obrigada, Dra. Ana Cristina.

Eu quero só lembrar aos Srs. integrantes da Comissão. deputado Luiz Paulo, deputada Lucinha depois - deputado Luiz Paulo, olha um minuto para mim. Lembrando que amanhã nós teremos Ramon Neves, que foi uma solicitação feita pelo deputado Luiz Paulo, que é o Subsecretário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Institucionais.

O SR. LUIZ PAULO - E que está, deputada Martha Rocha, por favor, saiu na delação premiada do ex-secretário também.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Sim, sim. Sem dúvida. Essa era a próxima frase, mas nós somos tão amigos, que o V.Exa. já leu meu pensamento. Então só para lembrar e Roberto Bertoldo também, do Instituto Iabas.

E aí eu quero aprovar todas as oitivas que sejam necessárias, mas eu só quero fazer uma rápida ponderação. O nosso prazo termina em 31 de agosto. Vencido o dia... amanhã, o dia 24 e 27... 24, nós só teremos data no dia 03. Então eu vou tentar agilizar. Mas eu não queria que nós perdêssemos de vista a importância da conclusão desta Comissão para a situação total em que se encontra o governo do estado.

Então eu queria pedir que a gente tivesse também a capacidade de ser objetivo nas convocações. É claro que me parece extremamente pertinente ouvir o Marcos Augusto da Silva e o José Carlos Rodrigues Paes, que já foi citado como José Carlos Rodrigues, mas agora a gente conseguiu entender melhor. Porque as nossas oitivas aqui são a fórceps. É que nós somos pacientes e atentos. E aí a gente vai buscando as informações.

Então, para a gente só não perder de vista a oportunidade de... Nós vamos terminar agora em agosto. Provavelmente eu vou pedir um mês para concluir. Mas que a gente não fique o resto da vida chamando pessoas. Então vamos estabelecer aqui que os próximos a serem ouvidos serão o Dr. Marcos Augusto José Carlos, fazer os pedidos que são: a cópia das atas, muito pertinente, pedindo à deputada Enfermeira Rejane que faça o ofício para indicar as empresas. E também vamos pedir à Secretaria de Saúde que nos informe quando se deu... que nos encaminhe cópia do processo que pediu a disponibilidade de José Carlos de...

O SR. LUIZ PAULO - Rodrigues.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Rodrigues Paes. Deputado Luiz Paulo, quer contribuir?

O SR. LUIZ PAULO - Quero sim, deputada Martha Rocha. Eu concordo plenamente com V.Exa., porque o que tem me mostrado a minha experiência em diversas comissões e CPIs é que, se nós começamos a expandir muito no objeto, nós não chegamos a lugar nenhum. Então, é necessário que fiquemos só nesse objeto e que partamos, logo depois, para o relatório final, que é o produto que sintetiza todos esses meses de trabalho. Porque senão nós ficamos em oitivas, oitivas e oitivas e perdemos a questão central, que é o objeto pelo qual a nossa comissão foi instalada.

Então, eu acho que está bom esse cronograma. Eu acho que as pessoas principais que nós não ouvimos, infelizmente, não as ouvimos porque estão presas e se negam a falar. Faltam muito poucas desse escalão intermediário. Porque, claro, se viesse aqui o Mario Peixoto, o filho do Mario Peixoto, o Martins etc., seria uma maravilha. Mas tem esse advogado, e esse Everaldo, que é peça chave, tem o Ramon. Quer dizer, com mais três ou quatro pessoas, nós fechamos esse leque e partimos para o relatório final.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - E eu quero já combinar, deputado Renan Ferreirinha, como eu sei que, desde o primeiro dia, V. Exa. já está trabalhando no relatório, para que nós entregamos o relatório nesse próximo mês de setembro. Porque nós vamos pedir só um mês de prorrogação, para ouvir mais alguma pessoa e entregamos a decisão do relatório. Então, nós já estamos em contagem regressiva para entrega do relatório.

Deputado Renan Ferreirinha.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Perfeito, Sra. Presidente. Até uma dúvida quanto a isso, V. Exa. disse que pediria mais um mês, que poderiam também acontecer oitivas, então nós iríamos, nesse próximo mês, até dia 3 de outubro...

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Não, 3 de setembro.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Não, 3 de setembro é o que nós já temos. Já é o nosso atual prazo.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Então, mas a última oitiva que nós temos data é no dia 3 de setembro. Porque, entre o dia 24 e logo a seguir, a Presidência, todos estão com muitas ações. Então, nós só temos amanhã, dia 24 e dia 3 de setembro. Então, nós vamos ter que fazer nesse intervalo um pedido de prorrogação por 30 dias, e no dia 3 de setembro vamos ouvir essas duas pessoas que foram citadas hoje, José Carlos e Marcos Augusto.

E, logo em seguida, já encerramos as oitivas e aí V.Exa. teria que apresentar o relatório. O meu pedido é que esse relatório seja apresentado, no máximo, na terceira semana de setembro. E aí V.Exa. já vai nos disponibilizar para lermos o relatório, colocarmos em votação ainda no mês de setembro.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Então, ainda no mês de setembro, nós votaríamos o relatório final para até dia 3 de outubro ser o prazo máximo da conclusão da nossa Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Exatamente. Porque o que me preocupa, como o deputado Luiz Paulo colocou, é nós perdermos o foco do objeto e perdermos a oportunidade de apresentar, no tempo adequado, um relatório efetivo, que eu acho que vai servir muito para a análise de todos os procedimentos...

O SR. RENAN FERREIRINHA - Claro, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - ... em todos os níveis de poder.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Perfeito. Eu vou fazer aqui, Sra. Presidente, algumas sugestões de oitivas que acho que ainda são pertinentes, para que possamos entender aqui, como Colegiado, o que faz sentido, pensando em todo o escopo que nós temos analisado.

Há uma oitiva que eu acredito que valeria muito a pena nós tentarmos, que é uma oitiva com o pastor Everaldo Pereira. É uma peça que vem sendo falada aqui em diversas oitivas, em diversas situações que vão sendo ditas e de bastidores. Então, acho que essa comissão pelo menos poderia tentar uma oitiva com essa pessoa. E foi, de novo, citado na delação do ex-secretário Edmar Santos sobre ele.

Além do pastor Everaldo, há uma outra pessoa que é muito próxima do pastor Everaldo, segundo a delação do Edmar Santos, que é o Edson Torres, que é conhecido como operador financeiro do pastor Everaldo, e que está na delação, segundo o que foi divulgado pela imprensa, como a pessoa que autorizou o substituto do Gabriell Neves. São duas pessoas que, assim, são muito fortes no que nós entendemos da Secretaria Estadual de Saúde.

É a minha sugestão de extras além do que já foi colocado. Quanto à nossa análise de tudo o que a gente vem falando aqui, a gente está avançando muito da parte da UNIR. Faltou a oitiva com o Bruno Kopke que acabou alegando que não seria possível. Então, se a gente conseguisse uma oitiva com ele também seria interessante, mas a gente tem conseguido fechar bastante o cerco no termo da UNIR e da Iabas como eu disse, a gente já está finalizando a análise, em breve compartilharei com V.Exas. também uma análise preliminar sobre o Iabas quanto a isso. E o relatório final a gente vai dar correndo para conseguir ter a melhor peça para que todos nós aqui tenham tudo o que a gente conseguiu tirar dessas oitivas e também dos vários materiais recebidos pela Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Então, vamos lá. Vou colocar em votação as quatro oitivas solicitadas. Pela deputada Lucinha, foi solicitado o Marcos Augusto Silva. Também por todos foi solicitado o José Carlos Rodrigues Paes. E agora, pelo deputado Renan Ferreirinha, o pastor Everaldo e o Edson Torres que é apresentado como operador financeiro do pastor Everaldo, ambos citados na delação de Edmar Santos.

Então, como vota o deputado Luiz Paulo?

Como vota o deputado Renan Ferreirinha?

O SR. RENAN FERREIRINHA - Voto favorável, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputada Lucinha?

- Favorável.

Deputada Mônica Francisco?

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputada Enfermeira Rejane?

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Então, com votação favorável de todos os deputados presentes, estão deliberadas as quatro oitivas.

E por último, então, nós vamos fazer uma solicitação ao Instituto UNIR da cópia das atas relativas às reuniões do conselho da UNIR quando da presença de José Carlos Rodrigues Paes.

E também pedir à deputada Enfermeira Rejane que nos mande por escrito o que deseja das empresas. Outro dia eu fiz o mesmo pedido ao deputado Renan Ferreirinha que foi muito oportuno, porque a gente consegue fazer o pedido exatamente na forma do que deseja o parlamentar.

Então, nessas duas decisões como vota o deputado Luiz Paulo?

- Favorável.

Deputado Renan Ferreirinha?

- Favorável.

Deputada Lucinha?

- Favorável.

Deputada Mônica?

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputada Enfermeira Rejane?

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Então, quero registrar também aqui a presença do deputado Jorge Felippe Neto.

Foram aprovadas também essas duas deliberações. Então, vamos combinar que encerradas essas oitivas... deixa só eu verificar uma coisa. Vou pedir licença aos senhores para verificar as oitivas que estão marcadas.

Então, amanhã: Ramon Neves e Roberto Bertoldo. Nossa oitiva começa amanhã, às 9 horas. No dia 24, segunda-feira, Sérgio Pozzetti, da OZZ; e o Coronel bombeiro Gilson Hanszman, que foi uma solicitação da deputada Enfermeira Rejane.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Deputada Martha?

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Pois não.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Só a título de informação à Comissão, amanhã eu tenho uma consulta oftalmológica às 10h30. Então, eu vou tentar acompanhar via assessoria, que vai estar integralmente acompanhando a oitiva.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Está ótimo. Muitíssimo obrigada, deputada Mônica.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Qual é o horário no dia 24, deputada Martha?

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Sempre às 9 horas, lembrando que nós estabelecemos por dia (falha na transmissão sonora) ... Então, nós temos essas duas oitivas e que começamos pontualmente às 9 horas. Está bom? E que encerremos às 13h, porque daqui a pouco já estaremos todos em sessão plenária.

Agradecendo a presença de todos, a participação do TCE, que muito nos alegra. Agradecendo ao deputado Renan Ferreirinha, à deputada Mônica, à deputada Lucinha, ao deputado Luiz Paulo, à deputada Enfermeira Rejane, ao deputado Jair Bittencourt, ao Dr. Deodalto, ao deputado Flávio Serafini e ao deputado Jorge Felippe Neto declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todas e a todos que nos acompanham pela TV Alerj.

COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E COMISSÃO ESPECIAL INSTITUÍDA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELATIVAS À SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL RELACIONADAS AO CORONAVIRUS (COVID-19), CRIADA PELO ATO "E"/GP/Nº 40/2020

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às nove horas e quarenta e cinco minutos, via Plataforma Zoom (videoconferência), reuniram-se as Comissões em epígrafe, sob a Presidência, em ambas, da Senhora Deputada Martha Rocha e contando com a presença do Senhor Deputado Doutor Deodalto, membro das duas Comissões; pela Comissão de Saúde das Senhoras Deputadas Enfermeira Rejane e Lucinha e dos Deputados membros da Comissão Especial, Renan Ferreirinha - Relator, Luiz Paulo e Valdecy da Saúde. Participaram, também, os técnicos do TCE, Senhores Jorge Eduardo Salgado Salles e Jeferson Luis Terroso Corrêa. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente justificou a ausência da Senhora Deputada Mônica Francisco e também o atraso na abertura dos trabalhos, devido às tratativas para se ouvir um dos convocados. Em seguida, falou que estavam convocados a prestar depoimento nesta data, o Senhor Ramon de Paula Neves, Subsecretário de Desenvolvimento de Pesca e Aquicultura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e o advogado Doutor Roberto Bertholdo, que teria atuado em nome do IABAS - Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde. Informou que o Doutor Roberto Bertholdo encaminhou e-mail, informando estar convalescendo de uma internação hospitalar por COVID-19 e solicitando a remarcação do depoimento para daqui a quinze dias. A Senhora Presidente informou aos demais membros ter requisitado, em decorrência, atestado médico comprovando o estado de saúde do convocado. Prosseguindo, mencionou que o Senhor Ramon de Paula Neves apresentou petição alegando que não compareceria por não poder se manifestar sobre trechos sigilosos da colaboração premiada do Senhor Edmar Santos, ex-Secretário de Saúde, à Procuradoria Geral da República, na qual seu nome foi citado de forma mentirosa, esclarecendo que não teve amplo acesso aos autos da Petição em curso no Superior Tribunal de Justiça, o que foi solicitado e ainda não concedido; que não poderia se pronunciar sobre informações do processo investigatório por não ser a ALERJ a via adequada, e que não deveria ter sido convocado pois, de acordo com o Art. 100 da Constituição Estadual, seu cargo não está no rol das autoridades que possam ser convocadas. Mencionou que, em resposta, encaminhou ao Senhor Ramon Neves um Despacho, dizendo que sua convocação foi deliberada anteriormente à delação do Senhor Edmar Santos, e confirmando a sua oitiva para esta data; citou que na manhã de hoje o convocado chegou a solicitar o link para participar, mas posteriormente, orientado pelo seu advogado, Doutor Ricardo Horacio Campos dos Santos, encaminhou um novo documento dizendo que não iria participar pois sua convocação estaria revestida de ilegalidade. Prosseguindo, a Senhora Presidente explicou que, o que se busca entender no depoimento do convocado, são fatos diversos dos mencionados pelo ex-Secretário, Acrescentou que sua convocação decorreu de notícias publicadas de que ele teria alertado o Governador Wilson Witzel do que estava acontecendo na Subsecretaria de Saúde na gestão de Gabriell Neves e que teria recebido esta informação da Doutora, Mariana Tomasi Scardua, Subsecretária de Gestão da Atenção Integral à Saúde, que já prestou um depoimento importante nesta Comissão, inclusive, dizendo que o Plano de Contingenciamento, do qual participou, não estabelecia a necessidade de instalação de hospitais de campanha e que, após o alerta, de forma estranha ela foi exonerada pelo Governador. Prosseguindo, a Senhora Presidente falou que comunicou o fato à Procuradoria da ALERJ e manifestou sua estranheza pelo fato de não ter conseguido falar pessoalmente com o

Imprensa Oficial · GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO · documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Terça-feira, 01 de Setembro de 2020 às 01:41:54 -0300.